

**Revista Internacional de
Formação de Professores
(RIPF)**

**ISSN: 2447-8288
v. 1, n.3, 2016**

**Interlocução Universidade-escola: a socialização do saber em
evidência**

**Interlocution university/school: the dissemination of knowledge in
evidence**

Submetido em 25/03/16

Avaliado em 27/03/16

Aceito em 29/07/16

Maria Gerlaine Belchior
Amaral

Doutora em Educação brasileira, pesquisadora da Universidade
Federal de Campina Grande (UFCG).
Contato: gerlaine.ufcg@yahoo.com.br

Ana Maria Iorio Dias

Doutora em Educação Brasileira (UFC), com Pós-Doutorado
em Educação (UnB), professora do PPGE/UFC.
Contato: anaiorio@ufc.br

Interlocução Universidade-escola: a socialização do saber em evidência**Resumo**

O presente artigo busca analisar a articulação da Educação Superior com a Educação Básica. O texto encontra-se dividido em duas partes, que se complementam: a primeira visa demonstrar que as macrodeterminações do capital têm influência direta na política de socialização dos achados da pesquisa desenvolvida pela pós-graduação; a segunda, traz as conclusões referentes às especificidades da política de socialização da produção científica, de um Programa de Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste do Brasil, para com os professores de escola pública. Com os achados dessas análises, infere-se que, apesar dos avanços científicos e tecnológicos alcançados nos tempos hodiernos, os saberes produzidos pela universidade continuam restritos, via de regra, a segmentos privilegiados da população.

Palavras-chave

articulação Universidade – Escola Básica; socialização de saberes; avanços científicos e tecnológicos.

Interlocution university/school: the dissemination of knowledge in evidence**Abstract**

This article seeks to analyze the relationship of Higher Education with Basic Education. The text is divided in two complementary parts. The first aims to demonstrate that the capital determinations in macro level have direct influence on the policies of dissemination of research findings from the academic community. The second part brings the conclusions regarding the specificities of the policies of scientific production dissemination, of a graduate program in education in the Northeast of Brazil, towards public school teachers. Based on this analysis, it is concluded that, despite of scientific and technological advances currently achieved, the knowledge produced by university it is still restricted, in most cases, to favored segments of the population.

Keywords

relationship university-school; dissemination of knowledge; scientific and technological advances.

Introdução

Nesse texto, analisa-se a articulação da Educação Superior com a Educação Básica, com suporte em achados de uma pesquisa realizada em nível de doutorado.¹ O tema central da investigação foi a socialização dos saberes produzidos no âmbito da pós-graduação em educação. Apesar dos avanços científicos e tecnológicos alcançados nos tempos hodiernos, os saberes produzidos pela universidade continuam restritos, via de regra, a segmentos privilegiados da população. A percepção desse problema resultou em uma investigação que teve por objetivo analisar a política de socialização da produção científica com a escola pública, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, no período de 1997 a 2011. Essa investigação interrogou se as pesquisas desenvolvidas por esse Programa são socializadas com os professores da Educação Básica atuantes na escola pública.

As reflexões oriundas dessa pesquisa nos trazem as discussões que ora apresentamos neste texto, que está didaticamente dividido em duas partes. Na primeira, demonstramos que as macrodeterminações do capital têm influência direta na política de socialização dos achados da pesquisa desenvolvida pela pós-graduação. Na segunda parte, trazemos as conclusões referentes às especificidades da política de socialização da produção científica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC com os professores da escola pública.

No desenvolvimento dessa investigação, deparamos inevitavelmente as questões ligadas à Política e à Economia, que orientam a estrutura e o funcionamento da Universidade e, por conseguinte, da pós-graduação e da produção científica. Tal realidade se configura porque, sendo a Universidade uma instituição social, ela expressa, em sua cotidianidade, de maneira determinada, a estrutura e o funcionamento da sociedade.

Convém lembrar que a sociedade contemporânea ainda se organiza sob a égide do capital. Nesse sentido, esta investigação demonstrou que uma área recentemente “invadida” pela voracidade do capital foi a EDUCAÇÃO, tornada seu objeto de desejo; especialistas² apontam-na como um dos mais vibrantes mercados no século XXI. E, no cenário contemporâneo, a pós-graduação ocupa lugar privilegiado, originado no tipo de trabalho em que, sobretudo, se desenvolve a pesquisa.

Nesse estudo, ao voltarmos nosso olhar para a pós-graduação, para sua forma de produzir e socializar o saber, identificamos, no fazer cotidiano da Universidade, que a forma contemporânea de a pós-graduação produzir o saber e comunicá-lo à sociedade tem sua essência impregnada da lógica mercantil que rege a sociedade capitalista.

¹ AMARAL (2012).

² SANTOS (2005).

Ao que parece, com suporte nas orientações oficiais dos órgãos de avaliação e fomento (MEC, CNE, CAPES, CNPq, fundações de amparo à pesquisa, dentre outros), na pós-graduação hoje são feitas pesquisas não conforme a finalidade, missão e compromisso social da universidade e da Educação Superior, mas em conformidade com a **produtividade**, a eficácia, a eficiência, o retorno lucrativo, exigidos pela lógica mercadológica que invadiu a Universidade. São as prioridades externas à Universidade, balizadas pelas leis do mercado que determinam as áreas que receberão mais financiamento.

Para usar a expressão do economista Adam Smith (1983), em seu marco da teoria econômica liberal moderna, podemos dizer que “a mão invisível do mercado” paira sobre a pós-graduação e delinea, entre outras coisas, a pesquisa acadêmica. Dessa intervenção do mercado na pós-graduação, identificamos duas manifestações muito evidentes – “o que produzir academicamente” e “quanto produzir academicamente”. No que se refere “ao que produzir”, é transformar a Ciência em um produto que de alguma forma traga retorno financeiro à Universidade (inclusive porque autonomia da Universidade, na óptica do mercado significa autonomia financeira, captação de recursos). No que se refere ao “quanto produzir”, o estudo realizado (AMARAL, 2012) ratifica o fato de que a cobrança pelo produtivismo acadêmico, medido pelo número de livros e artigos publicados, é a lei que rege a Universidade hoje. PUBLICAR, é isso que conta na avaliação da pós-graduação brasileira na contemporaneidade. A Universidade perde, ela própria, a identidade.

A força do império do capital parece ir esmaecendo os princípios que lhes são inerentes desde sua origem e que a credenciaram como instituição ética e crítica no meio social. A pesquisa realizada nos permitiu constatar que as transformações oriundas da reestruturação do capital estão transformando a Universidade, no seu conjunto, e, em particular a pós-graduação, numa instituição que não produz apenas para o mercado “mas que se produz a si mesma como mercado” (SANTOS, 2005, p. 143). No império do capital, a Universidade é obrigada a funcionar regida pela lógica mercantil da eficácia, eficiência e da produtividade. Sem dúvidas, a imposição dessa lógica mercantil mesquinha ao trabalho acadêmico constituiu, e constitui, porque permanece em plena vigência, um ataque brutal do capital à Universidade, à pós-graduação e, em particular, à produção científica.

Um estudo de caso: a Pós-Graduação em Educação numa Universidade Federal do Nordeste do Brasil

No contexto pesquisado, identificamos com muita transparência essa ligação orgânica entre a pós-graduação e o mercado. Tal ligação se exprime pelo nível de produtividade da pesquisa nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), que se torna o parâmetro para que sejam alcançados os benefícios da CAPES e do CNPq. No Programa de Pós-Graduação em Educação da

UFC, identificamos com muita nitidez esse ataque brutal do capital à produção científica. Tal realidade, em última instância, retrata o cenário vivido por toda a pós-graduação brasileira, que é produzir para os relatórios. Na contemporaneidade o sentido acadêmico de publicar um livro é computá-lo, é que ele entre no cômputo da produção acadêmica de cada docente e do Programa ao qual o pesquisador está vinculado. Tal exigência é feita por todos os mecanismos de aferição e fomento, como já especificamos.

Nesse sentido, é possível asseverar que as macrodeterminações do capital impactam a instituição, e seus efeitos são sentidos nas mais diferentes esferas da Universidade, a saber: no ensino, na pesquisa, na extensão, na política de socialização do saber, nas relações entre os sujeitos, na subjetividade dos sujeitos. Enfim, nada escapa à força avassaladora do capital. Ao que parece, os atos de pensar e agir na academia estão, no mínimo, contaminados pela lógica mercantil. Sendo a Universidade parte do sistema, não escapa a ele.

A realidade imperante na academia é que a Universidade se modificou radicalmente com a reforma do Estado. Essa investigação confirma a noção de que a reforma do Estado repercute de forma direta na autonomia da Universidade, pois altera, dentre outras coisas, o trabalho dos professores-pesquisadores da pós-graduação, o qual, em parte, é orientado pela exigência do produtivismo acadêmico.

No contexto da Universidade, e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC em particular, é exatamente o produtivismo acadêmico que redimensiona a realização da pesquisa, notadamente obrigando os pesquisadores a produzirem academicamente para satisfazer às determinações das agências de fomento e avaliação, impactando nos sentidos e na socialização da produção científica.

Produzir para satisfazer as exigências dessas agências, ao nosso ver, trata-se do sutil e estratégico redimensionamento da universidade pública. Dizemos sutil e estratégico porque, aparentemente, é um tempo de progresso. Nos *campi* universitários, muitos prédios novos estão sendo construídos, muitos laboratórios, e nunca se viu na história da Universidade brasileira tanta produção científica: já ocupamos o 13º lugar no *ranking* mundial.³ Um cenário aparentemente deslumbrante!

Ao adentrarmos este cenário, entretanto, e olharmos criticamente para as condições impostas ao trabalho docente (particularmente na pesquisa), encontramos na cotidianidade do professor-pesquisador as marcas de um sistema podre que transforma tudo em mercadoria. Também identificamos o fato de que a reconfiguração da educação superior, em geral, e da educação superior

³ O Brasil é o 13º colocado em ranking de competitividade (fonte: Indicador Brasil/Conf. Nacional da Indústria, 14/12/2012); além disso, o Brasil ocupa o 13º lugar no ranking mundial em quantidade de artigos científicos (fonte: Programa SciELO - Scientific Electronic Library Online/FAPESP/CNPq/BIREME/FapUNIFESP, setembro, 2011).

pública, em particular, se manifesta objetivamente na cotidianidade do trabalho docente. Constatamos com muita transparência o que assinala Taffarel (2011), quando afirma que o docente do ensino superior se vê compelido a aderir à ideologia do produtivismo acadêmico, plantada pela burocracia estatal e, que hoje, constitui um dos pilares centrais da cultura da instituição universitária.

No contexto investigado, registramos que, quando um docente termina de escrever algo, não tem tempo para discuti-lo academicamente, de se preocupar com o retorno social do que escreveu. Sua atenção se volta imediatamente para a próxima produção. Em outras palavras, o docente do ensino superior precisa produzir a materialidade institucional exigida pelo sistema. Necessita preocupar-se diuturnamente com o *Lattes*,⁴ que precisa ser alimentado com a produção de muitos artigos, capítulos de livros e livros.

Eis o quadro crítico da pós-graduação brasileira. Na atualidade o produtivismo acadêmico exigido pelos órgãos de avaliação e fomento constitui critério determinante para o funcionamento da pós-graduação brasileira. Credenciamento ou descredenciamento, manutenção ou perda de *status*, conceito de programas – tudo está subordinado ao critério da produtividade. No panorama atual, é pela avaliação da pós-graduação que vai ser ‘pesada e medida’ a produtividade acadêmica. Isso quer dizer que a forma como é avaliada a pós-graduação brasileira hoje se constitui numa das manifestações concretas do ataque do capital à Universidade, porque imprime no fazer acadêmico o princípio da produtividade, próprio do mercado.

Considerando a realidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, onde o cuidado com a avaliação do Programa impacta no sentido e na socialização dos achados da pesquisa, constatamos que a avaliação da pós-graduação, nos moldes como se efetiva atualmente, resulta numa profusão de publicações cuja função precípua é atender às determinações estatais e às cobranças das agências de fomento e de avaliação.

O estudo realizado nos permitiu concluir que a produção científica e a socialização dos achados das pesquisas são dois processos absolutamente interligados e afetados pela política de avaliação da pós-graduação brasileira contemporânea. Isso porque a avaliação da pós-graduação, que funciona, também, como instrumento de controle, induz os pesquisadores a produzirem academicamente sem se perguntarem pelo sentido, pelo **retorno social** do que estão pesquisando e registrando nas publicações.

Publicar! Mais uma vez, isso é o que importa, e de preferência em veículos bem conceituados, com circulação internacional. No império do capital, é *publicar* ou *perecer*. Na contemporaneidade o **sentido** do publicar é para compor a “nota” do Programa, conforme critérios estabelecidos pela

⁴ Currículo nos moldes da Plataforma Lattes, do CNPq. Conf. In: <http://lattes.cnpq.br/>

política de avaliação da pós-graduação brasileira. A pesquisa acadêmica é desfigurada do ponto de vista do seu **sentido** social, e esse processo vai repercutir, inexoravelmente, também, no processo de **socialização** dos achados da pesquisa acadêmica.

Desse modo, podemos afirmar que as macrodeterminações do mundo da Economia e da Política repercutem diretamente na produção científica e na política de socialização dos achados da pesquisa acadêmica da Universidade. Reiteramos a ideia de que tal situação identificada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC não se caracteriza como caso isolado, ao contrário, retrata um contexto social amplo e complexo (reestruturação do capital e reforma do Estado) em que os ditames do mercado subjugam a Universidade.

O perigo nesse processo é que ele está sendo naturalizado e reproduzido por muitos docentes do Ensino Superior. Daí a imperiosa necessidade de que se trave esse debate no meio acadêmico, porquanto é necessário desvelar e resistir a essa realidade. Reconhecer sim; aceitar não: certamente, haverá outros parâmetros para se identificar a qualidade dos programas de pós-graduação e o impacto social de suas publicações.

Entendemos que o docente do Ensino Superior precisa reconhecer e transformar o que, em última instância, está nos destruindo. Reiteramos a ideia de que nosso posicionamento e nossas atitudes cotidianas estabelecem e estabelecerão o diferencial no projeto de (re)construção da universidade pública.

Resistir é construir um pensamento contra-hegemônico. No âmbito da produção científica, elaborar este pensamento contra-hegemônico significa pensar e efetivamente agir na direção apontada pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), que propõe que os programas de pós-graduação tenham maior preocupação com as demandas da sociedade.

Verdadeiramente, a pós-graduação brasileira precisa atentar para a contribuição que os achados das pesquisas que desenvolve têm a oferecer no enfrentamento dos problemas reais vividos pela sociedade brasileira, de modo particular, dos dilemas enfrentados por alunos e professores da escola pública. É acerca desse tema que passamos agora a exibir a segunda parte deste texto. Nela, estão registradas as inferências possíveis acerca da política de socialização da produção científica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC.

Esse trabalho investigativo interrogou se as pesquisas desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFC são socializadas junto aos professores da escola pública. Desse modo, os dizeres que passamos a registrar tencionam responder a este questionamento.

Primeiramente, destacamos o fato de que o debate acerca da socialização do saber científico ocorre para além de fronteiras, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Prova disso é que a *Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades* elegeu a internet como o meio funcional de difusão do conhecimento.

O Brasil, na condição de país signatário dessa declaração, também aderiu a essa proposta, comprometendo-se a difundir o conhecimento científico via internet. Um passo concreto dado nessa direção foi a determinação da CAPES, por meio da Portaria nº 13/2006, de 24/02/2006, de que as teses e dissertações defendidas nas universidades públicas fossem postadas na internet, e que passassem a integrar a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A nosso ver, isso representa uma conquista, mas é preciso mais: não somente as que foram defendidas a partir dessa data, mas a totalidade das pesquisas desenvolvidas pelo Programa deve tornar-se um bem de domínio público.

A UFC se integrou ao Projeto-Piloto da BDTD. Essa integração à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, disponibilizando de maneira digital, *online*, o texto completo das teses e dissertações, nos permite inferir que o Programa de Pós-Graduação em Educação está atento às inovações tecnológicas, apropriando-se oportunamente de tais inovações para aprimorar a socialização dos achados da pesquisa que desenvolve. Do ponto de vista dos aspectos legais, ao disponibilizar os achados da pesquisa via internet, o Programa também está cumprindo o que preconiza a LDB, no que concerne às finalidades da Educação Superior, uma vez que uma dessas finalidades estabelecidas é comunicar à sociedade o saber que produz.

Mas, além da internet, o Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, utiliza, para socializar o saber oriundo das teses e dissertações, a publicação impressa, os eventos científicos e as ações particulares dos docentes vinculados ao Programa, de acordo com informações obtidas nas entrevistas com a coordenação geral do Programa e com as coordenações das linhas de pesquisa existentes no Programa.

Interrogamos se esses meios usados pelo Programa para socializar os achados das pesquisas são acessíveis aos professores da escola pública. É o que passamos a comentar a seguir.

Foi possível constatar que mesmo a socialização via internet alcança muito superficialmente os professores da escola pública. A falta de informação, por parte dos docentes da escola pública, constitui um empecilho para que tenham acesso à produção científica do Programa. Conforme informação dada pelos professores-coordenadores, não há, até a presente data,⁵ formas de propagação, junto às secretarias de Educação municipais ou estaduais ou junto aos professores da escola pública, de quais temáticas foram pesquisadas pelo Programa. Não há também a divulgação de que as teses e dissertações podem ser acessadas livremente e da forma como podem ser acessadas (o *site*, os *links*, os ícones necessários para se chegar ao texto completo da tese ou dissertação). Dito de outra forma: teoricamente, este conhecimento está acessível a todos, porém, na prática, isso não ocorre.

⁵ Outubro/2012.

Além da falta de informação, há ainda um fato de ordem material/objetiva, conforme registrado por Sousa (2008), em sua dissertação. As condições econômicas e sociais dos professores também constituem empecilho a esta apropriação do conhecimento científico via WEB, uma vez que somente 19% deles tem acesso à internet em casa.

Desse modo, constatamos que uma ferramenta de funcionalidade extraordinária no tocante à eliminação de barreiras geográficas mostrou-se ineficiente como meio para comunicar aos professores da escola pública os achados das pesquisas da pós-graduação. Por nosso turno, (re)afirmamos que, uma vez apropriados pelos professores da escola pública, esses conhecimentos certamente se transformariam em possibilidades de melhoria do trabalho pedagógico que desenvolvem.

As ações individualizadas, informadas pelos coordenadores das linhas de pesquisa do Programa, mediante as quais também é socializada a produção científica, foram os projetos de extensão, minicursos para professores da Educação Básica, produção de vídeo, socialização realizada pelo próprio docente (palestras em escolas, assessoria, conferências etc.). Tais ações têm relevância ímpar do ponto de vista qualitativo, pois representam o esforço e o compromisso pessoal dos docentes do Programa que buscam, ao seu modo, contribuir com a melhoria da escola pública. Como política de socialização da produção científica, entretanto, tais ações se mostram insuficientes para alcançar o expressivo número de professores da escola pública.

Outra forma prioritária usada pelas linhas de pesquisa que integram o programa, por intermédio de docentes e discentes da pós-graduação, é a publicação impressa. Nosso entendimento é de que este meio de socialização da produção científica não alcança, ou o faz apenas de modo superficial, os professores da escola pública. Esse entendimento está ancorado nos seguintes argumentos: o sentido da produção científica, reorientado em função da lógica produtivista, (a produção científica tem seu foco na publicação nacional ou internacional, realizada com fins de atendimento às exigências do sistema de avaliação e de fomento à pós-graduação); a produção de livros direcionada aos pares da academia (o material produzido é denso e vai de encontro às condições reais de vida e trabalho dos professores da Educação Básica, com linguagem técnica inacessível, preço obscuro e tiragem insuficiente para promover a ampla divulgação).

Quanto aos eventos científicos, outra forma prioritária usada pelos professores do Programa para difundir os achados de suas pesquisas, nossa investigação demonstrou que seu alcance aos professores da escola pública também é limitado. Tal afirmação se sustenta em função dos seguintes argumentos: os eventos científicos são direcionados ao público acadêmico e os professores da escola pública participam apenas de forma secundária (o público da academia, geralmente, vai a esses eventos para apresentar trabalhos, o que não é uma prática recorrente entre os professores da Educação Básica).

Outro ponto que também destacamos é a periodicidade dos eventos. Segundo as informações obtidas nas entrevistas, os referidos eventos são anuais ou bianuais, levando-nos a depreender um fraco alcance em termos quantitativos, atingindo um público muito restrito em relação ao total de professores da escola pública, cujo número, somente na rede municipal de ensino de Fortaleza, é de cerca de 12.000 professores no Ensino Fundamental.⁶

Ante o exposto, registramos o fato de que a socialização da produção científica do Programa para com os professores da escola pública ocorre apenas de forma muito superficial. Isso porque os meios que o Programa utiliza para comunicar à sociedade os achados das pesquisas que desenvolve são intencionalmente direcionados ao público acadêmico.

O estudo ora realizado permitiu-nos verificar que o entrave à política de socialização do saber do Programa, para com os professores da escola pública, reside em duas instâncias. Uma instância macro, relacionada aos determinantes estruturais da sociedade do capital, que transforma a pesquisa da Universidade também em mercadoria, conforme demonstrado na primeira parte deste texto. A outra instância ocorre no plano micro, local, relacionada ao Programa, seja porque ainda não priorizou mecanismos de socialização pensados para efetivamente levar ao público-alvo de professores da rede pública, seja devido à ausência de política interna de socialização voltada para os docentes e os interessados na educação pública.

Ante o exposto, faz-se necessário reconhecer que os meios usados pela pós-graduação para comunicar os achados das pesquisas, apenas de maneira muito contingente, estão chegando aos docentes da Educação Básica, carecendo, do ponto de vista da socialização do saber, de uma revisão no sentido (produção de livros para professores da Educação Básica) e na forma (livros menos densos, com linguagem acessível e maior tiragem) da contribuição do Programa à escola pública. Os meios usados pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, como vimos, estão direcionados aos pares, ao público acadêmico.

Os meios utilizados pelo Programa são funcionais, pois promovem a socialização da produção científica no âmbito acadêmico. Esses cumprem a função de socializar os achados de pesquisa no espaço acadêmico, o que é algo muito positivo, porquanto a função precípua do Programa é formar quadro de pessoal docente para o Ensino Superior.

Esses meios, entretanto, não alcançam os professores da escola pública, ou quando chegam a eles, atingem-nos apenas superficialmente. Isso nos leva a defender a existência de uma política de socialização da produção científica do Programa, para com os professores da escola pública, que precisa ser institucionalmente repensada. O Programa necessita implementar ações concretas que façam chegar aos professores da escola pública os conhecimentos oriundos da pesquisa educacional

⁶ Conf. In: Sousa (2008) e dados (2015) da SME Fortaleza, site: <http://sme.fortaleza.ce.gov.br>

que desenvolve. Nesse sentido, apresentamos alguns argumentos que justificam essa necessidade de a política de socialização do Programa ser repensada.

Tomamos como ponto de partida o seguinte questionamento: as pesquisas desenvolvidas pelo Programa podem contribuir com as práticas curriculares que se desenvolvem na escola pública? A resposta é sim: ao realizar um estudo exploratório das temáticas investigadas pelo Programa, identificamos que várias temáticas abordadas nas teses e dissertações contemplam dilemas educacionais contemporâneos e desafios educacionais vivenciados no cotidiano da escola de Educação Básica.

Muitas dessas pesquisas correspondem a determinações da legislação educacional vigente (por exemplo, atendimento aos alunos especiais, africanidades, temas transversais etc.). Desse modo, confirmou-se a relevância da pesquisa desenvolvida pelo Programa para a escola. Tal fato justifica que os achados de tais investigações devam ser apropriados pelos professores da escola pública, os seja, aqueles que mais necessitam de tais informações no seu trabalho cotidiano.

Tomando por base esses saberes do campo educacional produzidos pela pesquisa acadêmica, registrados nas teses e dissertações defendidas no Programa, vimos reiterar que os conhecimentos e saberes gerados pela Universidade, e que, até o presente momento, estão restritos aos pares da academia, não podem (e não devem) ser sonegados aos professores da escola pública, porque isso vai de encontro à missão e ao compromisso social da Universidade. Além disso, um tal procedimento choca-se com o que preconiza o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020).

Reafirmamos que a Universidade deve procurar equilibrar o atendimento às exigências do sistema, mas sem perder de vista a análise crítico-reflexiva do contexto, do cenário e das razões pelas quais essas exigências são geradas e difundidas. Também não pode perder de vista as necessidades sociais. No âmbito educacional, o baixo padrão de qualidade oferecido pela escola pública é uma dessas necessidades mais urgentes a serem saciadas/resolvidas. Evidentemente, existem outras, mas chamamos a atenção para o fato de que a Educação é a base para a conquista dos demais direitos sociais, portanto a baixa qualidade do ensino acaba sendo uma grave patologia social que, por sua vez, produz outras patologias não menos graves.

Entendemos que o compromisso social da Universidade deve conduzi-la para além da crítica aos desmandos sociais. A pós-graduação em Educação deve efetivamente avançar na colaboração da melhoria do sistema educacional como um todo. Na verdade, o compromisso social da Universidade não pode prescindir dos desafios contemporâneos.

Ratificamos a ideia de que a Universidade é uma instituição que não deve apenas seguir e servir aos preceitos do mercado, mas há de ser capaz de construir cenários baseados nos diagnósticos do nosso tempo. Em outras palavras, para atender ao seu compromisso social, ela precisa imergir no social.

No campo educacional, uma escola de Educação Básica em que 86,7% das matrículas são de alunos da escola pública (BARRETO, 2009) e onde mais de 51% dos alunos no 3º ano do Ensino Fundamental (ANUÁRIO, 2012) já estão com a aprendizagem comprometida, sem dúvidas, revela um contexto social em que a pós-graduação em Educação precisa imergir, e, na medida do possível, contribuir para construir outro cenário. Por isso, reiteramos a urgência de que a Universidade volte seu olhar para as necessidades que acoçam a Educação Pública do nosso País.

Comentários finais

A Universidade, em geral, e a pós-graduação, em particular, precisam contribuir com a melhoria do padrão de qualidade do ensino da escola pública, para que ela própria, a Universidade, não se torne instituição excludente. A universidade pública necessita reafirmar seu compromisso com a mudança no Ensino Fundamental e no Ensino Médio públicos.

O baixo padrão de qualidade no Ensino Básico impede o desenvolvimento econômico e social do país. Impede, também, acesso dos filhos da classe trabalhadora à Universidade. Ao nosso ver, a Universidade não pode se eximir dessa contribuição à Educação Básica, para não se tornar conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que, tendo acesso a um ensino precário, são impedidos de passar da escola pública de Educação Básica para a universidade pública.

Também é propósito deste texto reacender o debate no âmbito acadêmico acerca da relação da Universidade com a escola pública, buscando o caminho da autocrítica, na perspectiva de efetivamente contribuir com a melhoria do padrão de qualidade do ensino oferecido pela escola pública.

Deixar de ser conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares parece ser um argumento bastante consistente para justificar que a pós-graduação brasileira repense sua contribuição à escola pública do ponto de vista da socialização dos conhecimentos advindos da pesquisa educacional.

O efetivo contributo da pós-graduação, por via da pesquisa educacional, à melhoria das práticas curriculares que se desenvolvem na escola de Educação Básica justifica-se necessariamente porque tais práticas existem para propiciar educação às crianças e aos jovens brasileiros. E educar crianças e jovens é algo muito sério. A nosso ver, a Educação desempenha **papel determinante** na construção do desenvolvimento social de uma nação soberana.

Por fim, vimos reiterar que os caminhos trilhados pela universidade no campo da pesquisa devem ser objeto permanente de debate e discussão que tenham como norte o sentido humano e social.

Tudo o que registramos neste texto tem a função precípua de contribuir para reaver o sentido humano e social do trabalho de pesquisa desenvolvido pela pós-graduação brasileira.

Referências

AMARAL, M. G. B. do. *A política de socialização da produção científica do Programa de Pós-graduação em Educação da UFC no período de 1997 a 2011*. Fortaleza: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Tese (Doutorado em Educação), 2012.

ANUÁRIO Brasileiro da Educação Básica. São Paulo: Moderna, 2012.

BARRETO, E. S. S.; GATTI, B. A. (Coord.). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Pós-Graduação: PNPG 2011-2020*. Brasília, DF: CAPES, 2010. v. 1.

SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1776].

SOUSA, A. e S. *O trabalho docente no contexto das relações capitalistas de produção*. Fortaleza: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Dissertação (Mestrado em Educação), 2008.

TAFFAREL, C. N. Z. *Trabalho docente: intensificação nas federais*. 2011. Disponível em: <<http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=8712>>. Acesso em: 7 out. 2011.